

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O panorama dos *media* em Portugal, devido a condições objetivas, nomeadamente económicas e financeiras, continua a agravar-se e a colocar em causa a sobrevivência de órgãos de comunicação social, em especial do setor da imprensa.

No final de 2016, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) identificou 2920 órgãos de comunicação social em Portugal, menos 144 do que em dezembro de 2015, quando foram contabilizados 3064 meios.

Designadamente, a comunicação social regional, que desempenha um papel altamente relevante, não só no âmbito territorial a que naturalmente mais diz respeito, mas também na informação e contributo para a manutenção de laços de autêntica familiaridade entre as gentes locais e as comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo, vive grandes constrangimentos num tempo de crise e onde a publicidade é cada vez mais escassa. Face a este panorama, é lamentável que com o atual Governo, e apesar da integração do audiovisual, da imprensa, da rádio e dos novos *media* na esfera da Cultura, a área da comunicação social continue a ser uma das que movimenta menos verbas confirmando as dificuldades do setor e a reduzida capacidade de investimento, o que sem dúvida, mostra bem, a pouca importância que o Senhor Ministro da Cultura atribuiu à Comunicação Social.

O Orçamento de Estado para 2018 propõe incrementar a qualidade e eficácia das políticas públicas de comunicação social, promover a formação dos profissionais da comunicação social local e regional e incentivar uma reflexão crítica sobre a deontologia profissional no exercício da atividade jornalística, mas sem apresentar uma única medida concreta para o setor da comunicação social.

O valor a afetar, em 2018, aos Incentivos do Estado à Comunicação Social Regional mantém-se nos 4MEuros, à semelhança dos três exercícios orçamentais anteriores.

E relativamente a estes incentivos, importa salientar que:

- Foi já este ano que o Governo liquidou todas as faturas de incentivos em relação a projetos apresentados em 2015;
- Em 2016, por falta de despacho governamental, os meios de comunicação social regional e local viram-se impedidos de ter acesso aos apoios do Estado para prosseguir a sua atividade. Isto apesar de terem apresentado candidaturas às Comissões de Coordenação e

Desenvolvimento Regional (CCDR). E são estas candidaturas, com algumas adaptações, que serão agora alvo de atribuição de verbas;

- O Executivo decidiu não lançar um período de apresentação de candidaturas para o ano de 2017.

Em atraso está também o pagamento aos operadores postais dos incentivos à leitura, que consistem na comparticipação pelo Estado dos custos de expedição de publicações periódicas. As verbas de agosto a dezembro de 2016 (cerca de 2 milhões de euros) ainda não foram pagas.

**Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministro da Cultura, as seguintes perguntas:**

1. Confirma que se encontra cativa a verba destinada aos Incentivos do Estado à Comunicação Social Regional para 2017?
2. Prevê acumular ao montante orçamentado para 2018 as verbas previstas e não gastas em 2017?
3. Está disponível para repensar o atual regime de atribuição de incentivos à comunicação social regional, feita por intermédio da distribuição de fundos pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regionais, de forma a encontrar um modelo mais eficaz que permita valorizar e tratar o setor da comunicação social regional com a dignidade que merece?

Palácio de São Bento, 24 de novembro de 2017

Deputado(a)s

SUSANA LAMAS(PSD)

SÉRGIO AZEVEDO(PSD)

PEDRO PIMPÃO(PSD)

PEDRO DO Ó RAMOS(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)